

## **LEI ORDINÁRIA Nº 880**

*de 16 de fevereiro de 2012*

### **"Fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Chapadão do Sul - MS e dá outras providências."**

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:*

#### **Art. 1º..**

*Fica o subsídio mensal dos Vereadores do Município de Chapadão do Sul MS, para a legislatura de 2013 a 2016, fixado em R\$ 5.970,00 (cinco mil, novecentos e setenta reais), consoante o Ato nº 103/2010 - MESA DIRETORA da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul que transforma em valor nominal o subsídio mensal do Deputado Estadual de acordo com o que estabelece o Art. 2º da Lei Estadual 3.986/2010, ora em R\$ 20.042,35 (vinte mil, quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos).*

#### **Art. 2º..**

*O subsídio dos Vereadores não poderá ultrapassar ao índice percentual de 5% da receita do Município, observando ainda o Duodécimo Mensal deste Poder legislativo e as disposições insertas na Lei Complementar Federal nº 101 e demais normas legais pertinentes.*

#### **Art. 3º..**

*O Subsídio mensal do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Chapadão do Sul - MS fica Fixado em R\$ 9.950,00 (nove mil, novecentos e cinquenta reais), e o subsídio mensal do 1º Secretário da Mesa Diretora fica Fixado em R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).*

#### **Art. 4º..**

*A ausência do Vereador à sessão ordinária, ou a sua não participação na ordem do dia da sessão legislativa realizada, implicará no desconto de 1/4 do valor do seu subsídio mensal para cada falta verificada, salvo justificativa apresentada tempestivamente ou consoante permissão regimental.*

#### **Art. 5º..**

*No período do recesso legislativo, os subsídios mensais serão pagos de forma integral.*

#### **Art. 6º..**

*O comparecimento efetivo as sessões extraordinárias realizadas no período de recesso legislativo será remunerado na proporção de 1/4 do subsídio mensal para cada sessão, até o máximo de quatro, observada a disponibilidade efetiva de recursos para a realização das despesas com a finalidade.*

#### **Art. 7º..**

*As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11 - Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil, consignada no Orçamento do Poder Legislativo Municipal em cada exercício financeiro.*

#### **Art. 8º..**

*O Subsídio poderá ser ajustado mediante revisão geral anual, obedecendo-se os limites estabelecidos na Constituição Federal.*

#### **Art. 9º..**

*Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.*

*Lei Ordinária Nº 880/2012 - 16 de fevereiro de 2012*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*